

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo

MAURO GUIMARÃES — Diretor

FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe

MARCOS SÁ CORREA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assistente

Jornal Brasil

Cortina de Fumaça

NÃO há político de algum destaque, recém-eleito ou com ambição eleitoral em futuro próximo, que não queira aproveitar a oportunidade de exprobrar os juros altos e fazer a sua demagogia. Do presidente do PMDB ao ex-líder do partido na Câmara, do governador de São Paulo ao governador de Minas, ninguém quer ficar fora da condenação aos juros altos. Mas é só por esse lado que se condena a inflação: não fosse pelos juros, certamente ninguém teria nada a dizer. Ninguém alega nada contra as injustiças sociais da inflação.

Estamos hoje no lugar em que estávamos há um ano: em fevereiro de 86 os juros bancários faziam o papel do **Bey de Tunis** da página famosa de Eça de Queirós. Quando faltava assunto, era malhar o **Bey de Tunis** para satisfazer o leitor. Na falta de definições e de coragem para enfrentar a inflação, atacam-se os juros altos como se não houvesse uma relação direta entre inflação e juros. Esses políticos estão fartos de saber que é assim, mas fazem de conta que não é. Trata-se da mais antiga forma de enganar a opinião pública, em lugar de uma forma franca e leal de esclarecê-la com a verdade, apenas com a verdade. Não é preciso mais do que a verdade.

Vai completar-se o primeiro ano da decisão presidencial de adotar o cruzado como instrumento de uma reforma econômica. Nenhum setor da economia brasileira foi mais direta e mais rapidamente alcançado pelo impacto do Plano Cruzado do que os bancos. Em dois ou três meses, os bancos apearam da inflação, que galopava para fugir de qualquer controle, e se preparavam para viver nos novos tempos. Os bancos da rede privada brasileira demitiram duzentos mil empregados mas se ajustaram às novas regras do jogo. E os 200 mil se reempregaram noutras atividades. Da aceleração inflacionária de fevereiro, os bancos privados adaptaram-se rapidamente, a partir de março, ao modelo da Inflação Zero.

Ninguém poderá deixar de reconhecer a competência com que os bancos se converteram às novas exigências. Passar de uma taxa mensal de 16% de juros para um e pouco por cento ao mês não é uma simples operação burocrática. É ação empresarial.

Os bancos oficiais, no entanto, não conseguiram adaptar-se aos novos tempos impostos pelo cruzado. Pelas regras do mercado, não teriam sobrevivido aos prejuízos que os asfixiam. A inflação zero, que o Presidente proclamou no dia 28 de fevereiro, exigia deles o expurgo dos gastos que se escondiam sob as despesas gerais da hiperinflação, já com data marcada em março passado para ser oficializada.

Os bancos estatais são rigorosamente iguais, e não diferem do poder público, que é indiferente aos seus limites de custeio. Partem do princípio de que não podem falir. Praticam uma espécie de chantagem permanente, porque os governantes pensam curto: o problema se transfere à quem se elege depois deles. Já não é possível, entretanto, empurrar para a frente a situação dos bancos oficiais, que não tiveram a coragem de demitir e foram incapazes de cortar gastos. Continuaram, sob a inflação zero, a gastar como antes.

Os bancos estatais não estão resistindo ao contraste com os bancos privados. E, na hora em que a inflação retorna a galope, os políticos querem sair do flagrante de incompetência esbravejando contra os bancos da rede privada, apontando os seus balanços como prova de que conseguiram lucros. Então é crime administrar com eficiência? Conseguiram bons resultados porque foram competentes, graças à coragem de cortar despesas e demitir funcionários de que não precisavam mais, e adaptar-se às taxas da inflação zero. Os bancos oficiais,

ao contrário, ficaram com o seu excedente e com os seus custos. NMAo apresentam resultados capazes de sequer justificar-lhes a existência. São instrumentos de despesas e de nenhum resultado. No máximo, serviram para legalizar gastos com eleições, burlando a legislação que só é severa na fachada: por trás da proibição de gastar, gastou-se nababesca e desbragadamente, com finalidade eleitoral. Está aí o resultado, nos balanços deploráveis.

É exatamente nesta hora de contraste, e portanto de julgamento final, que os políticos mais bem relacionados com o clientelismo eleitoral, e mais irresponsáveis em matéria de gastos, começam a puxar o coro suspeitíssimo, que é também uma chantagem. A onda contra a alta dos juros tem apenas finalidade demagógica: escamotear a má administração dos bancos oficiais perante a Constituinte. Pois não é possível deixar de ver a diferença que entra pelos olhos: enquanto os bancos oficiais agonizam em prejuízos descomunais, sem exceção, a rede privada demonstra a extraordinária capacidade de se adaptar e sobreviver à mudança das regras.

Não há, no plano político, quem possa alegar em defesa da demagogia o desconhecimento de que os patamares dos juros são estabelecidos pelo Banco Central. No **open**, que é o seu campo de operações, a atuação do Banco Central se desviou da função reguladora da taxa de juros para praticar a política fiscal. Ou seja: a necessidade de recolher recursos, diante de um mercado em que a inflação injeta insegurança, leva o governo a pagar mais ao tomador de papéis. Esses recursos se destinam a cobrir a diferença entre o que o governo gasta e o que arrecada.

O menor risco de um país, pelo menos em tese, é aquele pelo qual o Estado se endivida. Tudo mais é decorrência dele. Tornando-se mais difícil a aceitação dos seus títulos, o prazo se estreita e a taxa de juros se eleva. Para reduzir o risco, o tomador se planta no título de curto prazo. Se a inflação é alta, o dinheiro inevitavelmente se torna mais caro, ou então procura outros campos de aplicação, sempre orientado para a garantia ou por juros que compensem o risco crescente.

O balanço dos bancos privados leva os políticos a fazerem a cortina de fumaça para esconder a incompetência dos bancos oficiais. Para fazer fumaça, queima-se tudo, inclusive o que devia ser preservado para se fazer realmente neste país um regime que, econômica e politicamente, possa ser considerado, aqui e lá fora, uma democracia. Por trás dessa campanha contra os juros altos, procura-se esconder uma baixíssima competência burocrática do Estado. Mas já não basta, diante do contraste. Apela-se agora para a vil demagogia.

O efeito político pretendido por essa falta de explicação, essa animosidade contra o lucro e esse farisaísmo contra os juros, somam-se para a chantagem que se monta: a estatização dos bancos é um coelho de brinquedo na cartola do PMDB. Trata-se de um truque para intimidar toda a economia de mercado e para distrair a opinião pública. Todos esses políticos e burocratas espertalhões querem apenas esconder a falta de competência e meter no bolso algumas vantagens por fora.

Somos todos contra os juros altos. Ninguém pode ser a favor dessa anomalia. Queremos que os juros voltem aos níveis normais, que atestem a saúde financeira do país. Como iniciativa privada, e portanto parcela da sociedade, temos a perfeita noção de que os juros altos são um sintoma da moléstia inflacionária. Queremos a garantia de saúde financeira, que nos livrará dos juros puxados para cima. Exterminar a inflação é, portanto, o meio direto de derrubar os juros e acabar com a manipulação do seu ágio político.